



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



**Informação nº :** 102/2016 - 3ª Diacomp

Brasília (DF), 15 de junho de 2016.

**Processo nº :** 11.660/2014 (2 volumes e 6 anexos)

**Jurisdicionada :** Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e Cartão BRB S/A

**Assunto :** Representação

**Ementa :** Constatação, em procedimento fiscalizatório, de ocorrência de irregularidades na contratação de artistas e na prestação de contas de aplicação de recursos públicos. Manifestação prévia das Jurisdicionadas nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução TCDF nº 271/2014. Irregularidades não refutadas. Índícios de prejuízo. Pela audiência dos responsáveis. Pela conversão dos autos em TCE.

Senhor Diretor-Substituto,

O presente processo, autuado em obediência ao item II da Decisão nº 1.526/2014<sup>1</sup> (fl. 01), cuida do exame da Representação nº 10/2013 – MF e do Ofício nº 102/2012 – MF, ambos da lavra da Procuradora Márcia Farias, versando sobre possíveis irregularidades: (a) na gestão de pessoal da referida orquestra e (b) na contratação de artistas para apresentação conjunta com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – OSTNCS (fls. 9/13 e 15/19).

## **I - DO BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO**

2. A Unidade Técnica, ao examinar diversas contratações e convênios relacionados à atuação da OSTNCS, constatou a ocorrência de várias irregularidades,

<sup>1</sup>O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. conhecer da Informações nº. 222 e 226/2013, bem como do Parecer nº. 089/2014-GPML; II. dar provimento ao Pedido de Reexame manejado pelo MPjTCDF, para conhecer da Representação nº 10/2013-MF, determinando seu processamento em autos apartados, bem como o desentranhamento do Ofício nº 102/12-MF e dos documentos anexos, para posterior juntada aos autos da citada Representação, de modo a adotar os devidos procedimentos de fiscalização necessários à apuração dos fatos; III. conceder, com fulcro no § 6º do artigo 195 do RI/TCDF, à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal o prazo de 30 dias para que se manifeste acerca das supostas irregularidades apontadas na Representação nº 10/2013-MF e no Ofício nº. 102/2012-MF; IV. autorizar: a) o envio de cópia da Representação nº. 10/2013-MF e do Ofício nº 102/2012-MF à jurisdicionada, com vistas a subsidiar o cumprimento da diligência determinada no item anterior; b) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências de sua alçada.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



conforme apontado na Informação 211/2015 -3ª Diacomp (fls. 246/266).

3. O Conselheiro-Relator, por meio do item II do Despacho Singular nº 51/2016, concedeu "... à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, à Cartão BRB S/A, ao Instituto Educarte e à Associação dos Amigos das Artes de Brasília, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução TCDF n.º 271/2014, o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentação de considerações circunstanciadas sobre os achados identificados na Informação n.º 211/2015-3ª Diacomp" (fls. 269/271).

4. A tabela abaixo informa as manifestações da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, da Cartão BRB S/A, do Instituto Educarte e da Associação dos Amigos das Artes de Brasília, apresentadas em função da concessão de prazo para apresentação de considerações circunstanciadas sobre os achados identificados no documento produzido pelo Corpo Técnico.

Entidade	Documentação Remetida
Secretaria de Cultura do DF	Ofício nº 150/2016 – GAB/SEC com documentos anexos (fls. 279/299)
Cartão BRB S/A	Não se manifestou.
Associação dos Amigos das Artes de Brasília	Não se manifestou.
Instituto Educarte	O Instituto solicitou prorrogação de prazo para apresentação das considerações a respeito do conteúdo da Informação n.º 211/2015-3ª Diacomp (fl. 302). Tal pedido foi negado por meio da Decisão nº 2.391/2016 (fl. 307). A entidade fez um novo pedido de prorrogação de prazo para atendimento do II do Despacho Singular nº 51/200 (fl. 308). O novo pedido deve ser negado, em virtude do prevê o art. 1º, § 2º, da Resolução TCDF n.º 271/2014.

## II - DOS OBJETIVOS DA INSPEÇÃO

5. Esta peça processual tem como objetivo, preliminarmente, proceder ao exame das considerações circunstanciadas da Secretaria de Cultura sobre os achados identificados na Informação n.º 211/2015-3ª Diacomp. Serão formuladas, em seguida, as conclusões e sugestões.

## III - DA REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA FABRICADA

6. No Tópico I da Informação nº 211/2015 – 3ª DIACOMP, o Órgão Instrutivo relatou (fls. 248/251):



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 315

Proc.: 11660/14

Rubrica

“8. O inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993 prevê a inexigibilidade de licitação *‘...para contratação de qualquer profissional do setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública’*.”

9. A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal contratou, com fundamento no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993, o Coro Lírico de Brasília por meio do Instituto Educarte para apresentações conjuntas com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. O Instituto seria o representante exclusivo do referido coral.

10. Verificou-se, no procedimento fiscalizatório, que a representação exclusiva do Coro Lírico de Brasília pelo Instituto Educarte foi fabricada. As Senhoras Wandilene Macedo e Brésia Soares dos Santos, integrantes do coral, informaram, em depoimento ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que foram obrigadas a firmarem contratos de exclusividade com o Instituto para participarem das apresentações com a OSTNCS (fls. 119/120).

11. A Senhora Wandilene Macedo declarou (fls. 119):

‘Que foi contratada para o festival de Ópera em 2011 e 2012 para participar do coro; Que para essas contratações foi exigido que a informante se cadastrasse empreendedora individual, porém as duas contratações que ocorreram nesses períodos não foram feitas de forma direta com a informante; **Que a Secretaria de Cultura impôs como condição para a contratação de seus serviços que ela permitisse ser representada por uma empresa atravessadora, caso contrário ela não seria contratada;** Que a rotina adotada pela Secretaria de Cultura em todas as contratações para realização de eventos culturais no Teatro Nacional é de primeiro contratarem uma empresa atravessadora sem licitação e é a essa empresa a quem cabe a escolha dos Coralistas (...)Que a empresa atravessadora que a contratou foi sempre o Instituto Educarte cujo o responsável é uma pessoa de nome Alan Moreira; Que essa empresa funciona na sala de orquestra que fica no interior da Secretaria de Cultura; Que lá é que são feitas as contratações, pagamentos ou seja toda a administração do tal instituto; Que o Sr. Marcene responsável pela orquestra é quem apoia abertamente as atividades do Sr. Alan dentro da sala de orquestra; Que é explícito um pacto de interesses entre o responsável pela orquestra e o administrador do instituto Educarte’ (grifo nosso).

12. Já a Senhora Brésia Soares dos Santos informou (fls. 119-v):

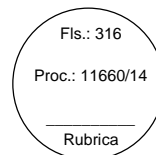
‘Que ninguém tem conhecimento de outras atividades executadas pelo Instituto se não aquelas mencionadas pela primeira informante, também desconhece outros funcionários ou membros que componham a sua diretoria e que no seu entender o Instituto não realiza as atividades para as quais foi criado; Que soube por terceiros que o endereço declarado nos contratos não é verdadeiramente o endereço do instituto, pois nesse local funcionaria uma empresa produtora de eventos;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



**Que embora seja uma imposição aos coristas para serem representados, com exclusividade pelo instituto Educarte dentre as cláusulas contratuais do contrato de adesão existe uma (cláusula 5ª) que desobriga a Instituição de qualquer responsabilidade dos pagamentos do cachês caso não haja o repasse de valores respectivos pela Secretaria de Cultura, o que prova que a relação de exclusividade é uma imposição e não uma escolha coralista, uma vez que ninguém contrataria, com exclusividade, alguém que não se responsabiliza pelos pagamentos1' (destaque acrescido).**

13. Além das declarações mencionadas, observa-se que as cartas de exclusividade foram firmadas em datas próximas aos eventos. Por exemplo, a Senhora Brésia Soares dos Santos declarou, em 10/06/2011 e 12/12/2012, o Instituto Educarte como representante exclusivo para apresentações do Coral Lírico de Brasília com a OSTNCS, respectivamente, em 16/08/2011 e 19 e 20/12/2012 (fls. 41 e 90 do Anexo II e 133 e 147 do Anexo III).

14. Merece destaque o fato de existir uma empresa como nome de Coro Lírico de Brasília Ltda. cujo proprietário é o Presidente do Instituto Educarte, Senhor Luiz Alan Rufino Moreira (fls. 98/101).

15. As situações relatadas indicam que a representação exclusiva dos integrantes do Corpo Lírico de Brasília pelo Instituto Educarte foi forjada, configurando ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei de Licitações e ato de improbidade administrativa. Não havia, de fato, uma relação duradoura entre o representado e a empresa representante de forma a evidenciar a representação exclusiva.

16. Sobre o assunto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Ação Civil nº 25793320125058500, pontificou:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. DE FRAUDE A PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CAUSA DE INEXIGIBILIDADE NÃO CONFIGURADA. CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA O SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/SE. IMPOSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. CONDUTA ÍMPROBA DENQUADRADA NO ART. 10, VIII, DA LEI Nº 8.249/92. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRESENÇA DE DOLO POR PARTE DOS DEMANDADOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

1. Apelação interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face de sentença responsável por julgar improcedente a ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo ora apelante em face de JOSE AUGUSTO DOS SANTOS E OUTRO, com base na suposta ilegalidade da contratação, por inexigibilidade de licitação, de shows para o "São João de Paz e Amor" no município de Areia Branca/SE, incidindo-se, pois, na hipótese prevista no art. 10, inciso VIII, da Lei 8.429/92, com a consequente aplicação das penalidades previstas no art. 12, inciso II ou, subsidiariamente, inciso III da referida lei.

2. Relatório emitido pela Controladoria Geral da União



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 317

Proc.: 11660/14

Rubrica

concluiu que a contratação efetuada por inexigibilidade de licitação da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para a promoção de shows para o "São João de Paz e Amor" no município de Areia Branca/SE não se sustenta, tendo em vista que as cartas de exclusividade acostadas ao certame se referiam a apenas aquele evento específico e não a exclusividade do artista ou de seu empresário para lidar com a Administração Pública, em termos genéricos, como exclusivo representante.

**3. Patente é a ilegalidade no procedimento de inexigibilidade da licitação, vez que a exclusividade elucidada no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 pressupõe uma relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado à apresentação em um único evento. Neste viés, a empresa em comento agiu como mera intermediária, pelo fato de as cartas de exclusividade das bandas serem somente destinadas a apresentações específicas, com datas marcadas.**

4. Ademais, restou também descumprido o requisito da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, vez que, pela análise das propagandas das bandas contratadas, depreende-se que se tratam de bandas de pequeno porte, cujo estilo musical não lhes são peculiar e nem foram por elas criado, podendo ser perfeitamente apresentado por outras. Neste viés, plenamente possível a concorrência, de modo que possibilitaria à Administração Pública a contratação pelo menor preço.

5. Entretanto, para fins de incidência do art. 10 da Lei 8.429/92, mister é a efetiva comprovação do dano patrimonial aos cofres públicos, e não a mera violação de qualquer um de seus incisos. Precedente: AgRg no AREsp 374.913/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 11/04/2014.

6. Não conseguiu o parquet federal quantificar o dano aos cofres públicos isto porque não foram trazidos aos autos os gastos da União caso tivesse ocorrido o certame licitatório, o que delimitaria o montante que foi pago a mais e permitiria a condenação de ressarcimento integral do dano.

7. Da análise das provas contidas nos autos, depreende-se que o ex-gestor municipal direcionava os empresários das bandas a JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - responsável pela empresa demandada - para que assinassem cartas de exclusividade, condição *sine qua non* para contratação e apresentações no município de Areia Branca. Tal condicionante era igualmente informada pelo representante da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

8. Com tais condutas, resta clarividente o dolo e a má-fé dos agentes em fraudar certame licitatório, com a consequente violação dos princípios da legalidade e da moralidade - ambos esculpidos no art. 37 da Carta Maior - tornando possível a condenação dos demandados nos termos do art. 11 da Lei de Improbidade.

9. Condenação dos réus nas seguintes penas do art. 12 da LIA: a) ASCENDINO DE SOUZA SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratação com o



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de 5 (cinco) vezes o valor da remuneração que recebia como prefeito; b) JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); c) CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

10. Apelação parcialmente provida' (grifo nosso).

7. Sobre o assunto, a Jurisdicionada informou que a matéria está sendo acompanhada por comissão de sindicância administrativa, com intuito de apurar autoria ou a existência da irregularidade em apreço (fl. 279).

8. Entende-se que, pelo princípio da independência das instâncias, a atuação do TCDF não é obstada pela existência de procedimento administrativo interno de apuração de irregularidades.

9. Resta, então, ao Tribunal chamar, em audiência, os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS. O primeiro agente público produziu os projetos básicos das contratações artísticas em que houve ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993. O segundo agente era responsável pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa *in vigilando* e em culpa *in elegendo*.

#### **IV - Da Justificativa de Preços Fraudada**

10. A Unidade Técnica, no Tópico II da Informação nº 211/2015 – 3ª DIA-COMP, pontificou (fls. 251/252):

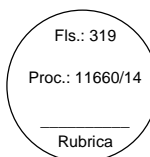
17. O inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93 prescreve:

'Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.'





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

III - justificativa do preço'.

18. Da leitura do normativo, constata-se que, para contratação por inexigibilidade, o gestor público deve comprovar que os preços contratados estão de acordo com os preços de mercado.

19. A Nota Técnica nº 01/2011 - UAG/AJL da Secretaria de Cultura determinou que *'a fixação do cachê observará de forma rigorosa os valores percebidos pelo artista em pelo menos 3 (três) apresentações nos dois anos anteriores, em eventos realizados pelo Poder Público e pela iniciativa privada, comprovados por contratos ou respectivas notas fiscais, originais ou por cópia autenticada, respeitando-se, sempre, os limites acima estabelecidos'*, para fins de cumprimento do inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei de Licitações (fls. 84/87 do Anexo II).

20. Com intuito de burlar a exigência da Nota Técnica nº 01/2011 - UAG/AJL na contratação do Coro Lírico de Brasília, houve, no Processo nº 150.003.332/2011, a utilização da mesma nota fiscal três vezes como se fossem três orçamentos distintos (fls. 101/103 do Anexo II).

21. Já no Processo nº 150.002.347/2012, a Nota de Empenho nº 2012NE00801 e a Nota Fiscal nº 13/2012 foram utilizadas como se envolvessem apresentações distintas, mas se referiam à mesma apresentação (fls. 157 e 159 do Anexo II). Situação semelhante ocorreu no Processo nº 150.003.395/2012 (fls. 8/9 do Anexo III).

22. Os fatos narrados constituem justificativa de preços fraudada, ofendendo a Nota Técnica nº 01/2011 - UAG/AJL e o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93.

11. Quanto ao assunto, a Jurisdicionada informou que a matéria está sendo acompanhada por comissão de sindicância administrativa, com intuito de apurar autoria ou a existência da irregularidade em apreço (fl. 279).

12. Entende-se que, pelo princípio da independência das instâncias, a atuação do TCDF não é obstada pela existência de procedimento administrativo interno de apuração de irregularidades.

13. Resta, então, ao Tribunal chamar, em audiência, os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS. O primeiro agente público produziu os projetos básicos das contratações artísticas em que houve ofensa a Nota Técnica nº 01/2011 - UAG/AJL e o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93. O segundo agente era responsável pela su-



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



pervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa *in vigilando* e em culpa *in eligendo*.

## V - Do Superfaturamento dos Cachês do Coro Lírico de Brasília

14. No Tópico III da Informação nº 211/2015 – 3ª DIACOMP, o Corpo Técnico asseverou (fls. 252/256):

“23. A Unidade Técnica constatou o superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS no montante de R\$ 241.750,00, conforme descrito nas tabelas a seguir:

Tabela II – Processo nº 150.002.324/2011			
Valores da Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 1.000,00 (A)	30	R\$ 30.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 500,00 (B)	30	R\$ 15.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 500,00 (C = A-B)	30	R\$ 15.000,00

Tabela III – Processo nº 150.000.536/2012			
Valores da Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 1.125,00 (A)	40	R\$ 45.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 750,00 (B)	40	R\$ 30.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 375,00 (C = A-B)	40	R\$ 15.000,00

Tabela IV – Processo nº 150.003.395/2012			
Valores da Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 5.000 (A)	9	R\$ 45.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 750,00 (B)	9	R\$ 6.750,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 4.250,00 (C = A-B)	9	R\$ 38.250,00

Tabela V – Processo nº 150.003.395/2012			
Valores das Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 2.000 (A)	20	R\$ 40.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 750,00 (B)	20	R\$ 15.000,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 1.250,00 (C = A-B)	20	R\$ 25.000,00





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 321  
Proc.: 11660/14  
Rubrica

Tabela VI – Processo nº 150.003.452/2012			
Valores das Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 2.500 (A)	18	R\$ 45.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 750,00 (B)	18	R\$ 13.500,00
Valor do superfaturamento por apresentação	R\$ 1.750,00 (C = A-B)	18	<b>R\$ 31.500,00</b>
Valor do superfaturamento por três apresentações	-----	-----	<b>R\$ 94.500,00</b>

Tabela VII – Processo nº 150.003.556/2012			
Valores das Contratação	Preço Unitário	Quantidade de Cantores	Preço Total
Valor considerando o preço unitário efetivamente pago	R\$ 1.875,00 (A)	24	R\$ 45.000,00
Valor considerando o preço unitário comumente praticado	R\$ 750,00 (B)	24	R\$ 18.000,00
Valor do possível superfaturamento por apresentação	R\$ 1.125,00 (C = A-B)	24	<b>R\$ 27.000,00</b>
Valor do superfaturamento por duas apresentações	-----	-----	<b>R\$ 54.000,00</b>

24. Os preços praticados nas contratações em análise superaram, e muito, os preços comumente pagos nos exercícios de 2011 (R\$500,00 por cantor) e 2012 (R\$ 750 por cantor).

25. Questionada a respeito dos superfaturamentos por intermédio das letras "a" a "f" da Nota de Inspeção nº 33/2015 - 3ª DIACOMP (fls. 128/129), a Pasta Distrital respondeu (Ofício nº 968/2015-GAB/SEC - fl. 240):

“1. Em atenção a Nota de Inspeção nº 33/2015 - 3ª DIACOMP, de 11 de agosto do corrente ano, esta Secretaria com fundamento nas informações prestadas pelo Maestro Titular Cláudio Cohen, esclarece que a contratação artística foi realizada por meio de uma empresa a CORO LIRICO DE BRASILIA, e não individualmente, uma vez que seu corpo artístico era formado por cantores líricos profissionais, inscritos na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), atuantes no mercado, e selecionados pela empresa por audições considerando critérios de qualidade artística.

A opção por contratação por meio de empresa se dá por serem considerados nos custos da apresentação despesas com: equipe de apoio, infraestrutura, maestro preparador, pianista correpetidor entre outras necessárias a audição.

O custo de uma apresentação é variável, uma vez que são considerados entre outros: o grau de dificuldade técnica das obras, sua duração, número de ensaios preparatório necessários à execução da mesma, se o coro será apenas masculino ou feminino, misto ou infantil, performance adicionais, motivo pelo qual se torna difícil comparação de valores nas contratações artística, mesmo usando uma tabela oficial como é a emitida pela Fundação Getúlio Vargas, anexa.

Passamos a seguir a apresentar as respostas, respectivamente a cada questionamento:

a) Processo nº 150.002.324/2011 - A apresentação da 3ª Sinfonia de Gustav Mahler, exigiu um coro feminino



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**



e infantil, em número reduzido de participantes para a performance em apenas um do movimento da obra, justamente o mais curto;

b) Processo nº 150.002.536/2012 - A obra apresentada, de autoria de J. Sebastian Bach intitulada Paixão Segundo São Mateus, é considerada de grande complexidade musical, cantada em língua alemã, que exigiu exaustivos ensaios e com mais de 03 (três) horas de duração de apresentação;

c) Processo nº 150.002.347/2012 - A apresentação da obra os Noturnos de Claude Debussy, exigiu de cada corista uma performance na condição de solista, sendo preciso um alto grau de performance, com muitos ensaios e intenso estudo de cada artista;

d) Processo nº 150.003.395/2012 - Por ocasião dos Festejos Natalinos a SEC optou pela apresentação do I Ato do Ballet Quebra-Nozes de Tchaikovsky. A programação foi prevista para os dias 3 e 4/12, uma única apresentação, e 5 e 6/12 em duas apresentações. Muito embora estivessem previstas um total de 06 (seis) apresentações, a contratação do CORO LÍRICO, por meio do processo em questão, foi apenas para uma performance, a realizada no dia 5/12.

e) Processo no 150.003.452/2012 - Ainda com relação à apresentação do I Ato do Ballet Quebra-Nozes de Tchaikovsky, a contratação por meio deste processo foi apenas para duas performances ocorridas no dia 6/12/12. A que se considerar que foram precisos vários ensaios e performance acima do normal, e que duas apresentações num mesmo dia provocam um desgaste maior ao artista;

f) Processo no 150.003.556/2012 - A contratação do Coro Lírico foi para participar do espetáculo Musicais da Broadway, com performance em peças musicais, canto de obras natalinas tradicionais. Foram 02 (dois) espetáculos com mais de duas horas de apresentação, o que exigiu muito dos participantes; (...)'.  
**DECLARANDO**

26. As justificativas apresentadas pela SEC não vieram acompanhadas de documentos que comprovassem a sua veracidade. Não há recibos ou notas fiscais comprobatórias dos cachês mais elevados recebidos pelos artistas ou das despesas extras com as apresentações. Vale ressaltar que cabe ao gestor público comprovar documentalmente a regular aplicação dos recursos públicos, ou seja, ocorre a inversão do ônus da prova. Alegações verbais não suprem a ausência de provas documentais na demonstração da correta aplicação do dinheiro público.

27. Quanto à inversão do ônus na comprovação de regularidade dos gastos públicos, o Tribunal de Contas da União proferiu os seguintes julgados:

'RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCESSUAL. FALECIMENTO DO RESPONSÁVEL. SEGUIMENTO DO PROCESSO. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO GESTOR. DÉBITO SUPERIOR À HERANÇA. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS. NEGADO PROVIMENTO.

(...)

2 - Compete ao agente, pessoa física, incumbido da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



aplicação dos recursos públicos, a comprovação do bom e regular emprego dos mesmos e não ao município, pessoa jurídica de direito público interno.' (**Acórdão nº 1.538/2005 - 2ª Câmara**).

'RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA. RECURSO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR A BOA E REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

1. Compete, exclusivamente, ao gestor dos recursos públicos fazer prova adequada da regularidade da sua gestão, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, assim como dos artigos 93 do Decreto-lei 200/1967 e 66 do Decreto 93.872/1986.

2. O ônus da prova, nos termos da pacífica jurisprudência do TCU, incumbe sempre ao gestor da época da aplicação dos recursos, que deve comprovar a sua regular aplicação' (**Acórdão nº 2.063/2009 - 2ª Câmara**).

'RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCESSUAL. ALEGAÇÕES DESPROVIDAS DE RESPALDO DOCUMENTAL. FOTOGRAFIAS COMO MEIO DE PROVA. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO GESTOR. NEGADO PROVIMENTO.

(...)

3. O gestor (...) é pessoalmente responsável pela correta utilização dos recursos federais recebidos, mormente se não logra demonstrar, no caso, que o município tenha, de alguma forma, se beneficiado dos recursos desviados' (**Acórdão nº 484/2007 - 1ª Câmara**).

28. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, assim se pronunciou sobre o assunto:

'Mandado de Segurança contra o Tribunal de Contas da União. Contas julgadas irregulares. Aplicação da multa prevista no artigo 53 do Decreto-Lei 199/67.

- A multa prevista no artigo 53 do Decreto-Lei 199/67 não tem natureza de sanção disciplinar.

- Improcedência das alegações relativas a cerceamento de defesa.

- **Em Direito Financeiro, cabe ao ordenador de despesas provar que não é responsável pelas infrações, que lhe são imputadas, das leis e regulamentos na aplicação do dinheiro público.**

- Coincidência, ao contrário do que foi alegado, entre a acusação e a condenação no tocante à irregularidade da licitação.

- Mandado de Segurança indeferido' (MS 20335/DF) (desataque acrescido).

29. O pronunciamento da Pasta Distrital não conseguiu afastar a ocorrência do superfaturamento em relevo e do consequente prejuízo aos cofres públicos do Distrito Federal".



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



sendo acompanhada por comissão de sindicância administrativa, com intuito de apurar autoria ou a existência da irregularidade em apreço (fl. 279).

16. Entende-se que, pelo princípio da independência das instâncias, a atuação do TCDF não é obstada pela existência de procedimento administrativo interno de apuração de irregularidades. Ademais, o instrumento jurídico apto a apurar danos ao Erário é a Tomada de Contas Especial.

17. Os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS, são responsáveis pelo prejuízo de R\$241.750,00 a valores de 2012<sup>2</sup>. O primeiro agente público produziu os projetos básicos das contratações artísticas com superfaturamento. O segundo agente era responsável pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa *in vigilando* e em culpa *in elegendo*.

18. Dado que o prejuízo está quantificado e os responsáveis são conhecidos, cabe, então, ao Tribunal, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 2º, § 4º, da Emenda Regimental nº 01/1998 com a redação dada pela Emenda Regimental nº 23/2008, converter os autos TCE e chamar, em audiência, os citados agentes públicos para apresentação de defesa ou recolhimento do débito.

19. O Instituto Educarte de Educação e Arte deve ser, também, chamado em audiência para apresentação de defesa ou recolhimento do débito, por ser beneficiário do superfaturamento.

20. Importante ressaltar que, mesmo que a Corte considere procedentes as justificativas a serem apresentadas em face das demais irregularidades apontadas nesta Informação, pelas quais se sugere a audiência dos responsáveis, ainda assim permanecerão os indícios de prejuízo aqui apontados, impondo-se a conversão dos autos em TCE. Por esse motivo, referida conversão pode ocorrer desde já, nos termos do *caput* do art. 46 da Lei Complementar nº 01/94<sup>3</sup>, inexistindo motivo para aguardar-se o deslinde prévio das audiências.

## VI - Da Prática de Ato Antieconômico

21. O Órgão Instrutivo, no Tópico IV da Informação nº 211/2015 – 3ª DI-ACOMP, informou (fls. 256/257):

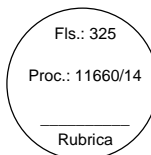
“30. O Senhor Marconi Scarinci, na qualidade de Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS, solicitou a

<sup>2</sup> Apesar de o superfaturamento apurado no Processo nº 150.002.324/2011 ter ocorrido em 2011, considerou-se que o prejuízo total refere-se a 2012. Isso facilita os cálculos de atualização monetária, altera pouco o valor do dano e beneficia os responsáveis.

<sup>3</sup> Art. 46. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, **desde logo**, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 84 desta Lei Complementar. (grifou-se)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



contratação do Coro Lírico de Brasília para seis apresentações nos dias 3 a 6 do mês de dezembro de 2012 ao custo de R\$ 40.000,00 por apresentação (Processo 150.003.395/2012) (fls. 2/5 do Anexo III).

31. Após a apresentação de 5/12/2012, o citado gestor informou, em 6/12/2012, que as demais cinco apresentações seriam canceladas (fls. 38 do Anexo III). Estranhamente, no mesmo dia, o próprio Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS solicitou a contratação do Coro Lírico de Brasília para duas apresentações por R\$90.000,00 para o dia 6/12/2012, ou seja, R\$ 45.000,00 por apresentação (Processo nº 150.003.452/2012) (fls. 46/52 do Anexo III).

32. Se tivesse mantido a primeira contratação, o custo seria de R\$ 80.000,00, ao contrário dos R\$ 90.000,00 pagos aos Instituto Educarte (fls. 86/89 do Anexo III). Ocorreram, portanto, um ato antieconômico e um consequente prejuízo ao Erário de R\$ 10.000,00".

22. Em relação ao assunto, a Jurisdicionada informou que a matéria está sendo acompanhada por comissão de sindicância administrativa, com intuito de apurar autoria ou a existência da irregularidade em apreço (fl. 279).

23. Entende-se que, pelo princípio da independência das instâncias, a atuação do TCDF não é obstada pela existência de procedimento administrativo interno de apuração de irregularidades. A prática de ato de gestão antieconômico contraria o princípio constitucional da eficiência (*caput* do art. 37 da Constituição Federal).

24. Os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS, são responsáveis pela ilegalidade<sup>4</sup>. O primeiro agente público informou a extinção dos ajustes com custo mais barato e, no mesmo dia, indicou a feitura de outra contratação com custo mais elevado. O segundo agente era responsável pela supervisão direta dos trabalhos executados pelo primeiro, incorrendo em culpa *in vigilando* e em culpa *in elegendo*.

## **VII - Da Falta de Segregação de Funções**

25. No Tópico V da Informação nº 211/2015 – 3ª DIACOMP, a Unidade Técnica assinalou (fl. 257):

"33. O Senhor Marconi Scarinci, na qualidade de Assessor Especial da Unidade Artística da OSTNCS, era responsável pelas seguintes atividades: (1) solicitação da contratação dos artistas, (2) elaboração do projeto básico, (3) justificativa da contratação, (4) comprovação da adequabilidade dos cachês a serem pagos com os valores de mercado, (5) comprovação da consagração artística do grupo

<sup>4</sup> Como já está sendo apurado superfaturamento na contratação referente ao Processo 150.003.452/2013, tratou-se a situação descrita como prática de ato antieconômico.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



ou pessoa que seria contratada e (6) atesto da execução dos serviços. A título de exemplo, podem ser citados os Processos n.ºs 150.003.395/2012, 150.003.452/2012 e 150.003.556/2012 (fls. 1/164 do Anexo III).

34. A concentração de tais atividades em único agente público fere o princípio administrativo da segregação de funções, dificultando o controle e facilitando a ocorrência de fraudes e desvios de recursos públicos. A ausência de segregação de funções contraria, ainda, o princípio constitucional da eficiência (*caput* do art. 37 da Constituição Federal).

35. Em resposta à indagação a respeito do fato, feita por intermédio da letra "c" da Nota de Inspeção n.º 36/2015 (fl. 131), o Maestro Cláudio Cohen alegou que a situação decorria da escassez de pessoal voltado para as atividades da Orquestra Sinfônica (fl. 243). A resposta não foi suficiente para elidir a referida irregularidade".

26. Sobre o assunto, a Jurisdicionada informou que a matéria está sendo acompanhada por comissão de sindicância administrativa, com intuito de apurar autoria ou a existência da irregularidade em apreço (fl. 279).

27. Entende-se que a falta de segregação de funções pode ter ocorrido em função da falta de pessoal e não por vontade de um agente público específico. Seria interessante ao Tribunal determinar à Secretaria de Cultura que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas do OS-TNCS, de forma evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora de serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor.

## **VIII - Da Falta de Prestação de Contas dos Recursos Repassados ao Instituto Educarte pela Petrobrás**

28. No Tópico VI da Informação n.º 211/2015 – 3ª DIACOMP, o Corpo Técnico pontificou (fls. 257/258):

"36. A Secretaria de Estado de Cultura do DF, na qualidade de concedente, e o Instituto Educarte, na qualidade de conveniente, firmaram o Termo de Convênio n.º 09/2013 (fls. 167/169), cujo objeto consistia em apoiar a produção e a realização do III Festival de Ópera de Brasília com apresentações entre os dias 12 de junho a 7 de julho de 2013.

37. A SEC repassou ao Instituto Educarte R\$ 297.000,00 para que a entidade privada produzisse e realizasse o referido evento. Além desses recursos, o Instituto poderia contar com a arrecadação de bilheteria e patrocínio de empresas públicas ou privadas.

38. O Instituto Educarte recebeu patrocínios da BRB





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Cartão S/A (R\$ 300.000,00) e da Petrobrás (R\$ 120.000,00) para o III Festival de Ópera de Brasília, conforme informado pela própria entidade privada (fls. 185/186).

39. Apesar de a SEC ser a promotora do evento e de os recursos serem arrecadados em seu nome, a Pasta Distrital não teve acesso à prestação de contas dos dois patrocínios, não sabendo se o montante auferido pelo Educarte foi devidamente aplicado no festival.

40. A Unidade Técnica teve acesso à prestação de contas do patrocínio da Cartão BRB S/A, em que verificou a ocorrência de várias irregularidades, como será descrito no próximo tópico.

41. Quanto ao patrocínio da Petrobrás, em resposta ao questionamento sobre a falta de prestação de contas, feito mediante a letra "a" da Nota de Inspeção nº 36/2015 (fl. 131), o Maestro Cláudio Cohen pontificou (fl. 244):

'o Instituto Educarte por ser uma sociedade privada, buscou junto à PETROBRAS patrocínio para viabilizar o pagamento de cachês para alguns artistas participante do III Festival de Operas da OSTNCS, entretanto não houve por parte da PETROBRAS repasse direto a conta do Instituto Educarte, em consulta ao Instituto, fomos informados que foram encaminhados os documentos fiscais (NE) dos referidos artistas, tendo àquela empresa, efetuado o pagamento diretamente aos prestadores de serviços'.

42. "O Maestro Titular da OSTNCS não apresentou qualquer documento que desse suporte à sua afirmação. Não é possível, assim, comprovar, no momento, a regularidade dos recursos aplicados. É primordial que a Secretaria de Cultura obtenha a respectiva prestação de contas".

29. No tocante à matéria, a SEC/DF respondeu (fl. 279):

"**Itens 36 a 42** - informo que a Prestação de Contas do referido convênio, embora já tenha sido apresentada, ainda não restou apreciada e concluída no âmbito desta Secretaria, tendo em vista, de um lado, as diversas requisições do processo por parte dos órgãos de controle. Como se pode observar no Sistema de Consulta Pública dos Processos Administrativos do GDF - SICOP, o processo encontra-se requisitado para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, desde o dia 17 de dezembro de 2015".

30. Como a prestação de contas constante do Processo nº 150.001.300/2013 vai ser apreciada pelas unidades competentes da Jurisdicionada, o assunto não demanda, salvo melhor juízo, a ação do Controle Externo no momento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



## **IX - Das Irregularidades na Prestação de Contas do Patrocínio da Cartão BRB SA ao III Festival de Ópera de Brasília**

31. O Órgão Instrutivo, no Tópico VII da Informação nº 211/2015 – 3ª DI-ACOMP, discorreu (fls. 258/263):

"43. A Cartão BRB S/A, na qualidade de patrocinadora, firmou com o Instituto Educarte de Educação e Arte, na qualidade de patrocinado, o Contrato de Patrocínio nº 720/2013. O objeto do ajuste envolveu a concessão de patrocínio no montante de R\$ 300.000,00 ao patrocinado para o evento III Festival de Ópera de Brasília (fls. 01/09 do Anexo V).

44. O Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda prevê: 'O pagamento ao PATROCINADO será realizado com base na nota e documentos apresentados que comprovem a efetiva utilização dos recursos repassados pela CARTÃO BRB. O desatendimento dessa disposição implicará redução proporcional do valor do patrocinado, sem prejuízo da rescisão contratual' (fl. 2 do Anexo V).

45. O item VI da Cláusula Quarta estabelece, por sua vez, que o patrocinado obriga-se, ainda, a manter, em seu poder, recibos em seu nome [...] que comprovem as despesas correspondentes ao valor do contrato, referentes aos custos do projeto citado na Cláusula Primeira deste contrato' (fl. 03 do Anexo V).

46. A simples leitura dos dois dispositivos contratuais demonstram, de maneira incontroversa, que o Instituto Educarte deveria prestar contas das despesas realizadas com os recursos repassados pela Cartão BRB S/A.

47. Vale destacar que, mesmo não havendo as regras contratuais mencionadas, ainda sim deveria ocorrer a prestação de contas dos recursos públicos recebidos pelo patrocinado, em respeito ao parágrafo único do art. 70 da Constituição federal de 1988, in verbis:

'Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária'.

48. É oportuno realçar, ainda, que a Cartão BRB S/A é uma subsidiária integral do Banco de Brasília. Como este é controlado pelo Governo do Distrito Federal, conclui-se que aquela também está sob o controle do Ente Local e integra a Administração Indireta do DF. Desta forma, os recursos repassados pela Patrocinadora ao Patrocinado têm caráter público e estão sujeitos à prestação de contas, conforme entendimento exposto no Acórdão nº 670.021 do TJDF, *ipsis litteris*:

'CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 329

Proc.: 11660/14

Rubrica

DE DEFESA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NULIDADE DA DECISÃO. PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA. PATROCÍNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES. DINHEIRO PÚBLICO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEVOLUÇÃO DE PARTE DO VALOR. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMOS INICIAIS CORRETOS. SENTENÇA MANTIDA.

1. O juiz é o destinatário das provas, cabendo-lhe aquilatar aquelas que realmente se mostrem aptas à formação do seu convencimento, indeferindo as que se revelarem inúteis à resolução da controvérsia. Entendendo, o magistrado, como suficientes as provas já coligidas aos autos, não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento de produção de prova testemunhal.

2. O magistrado não está obrigado a infirmar todos os argumentos ventilados pela parte, cabendo-lhe, com base na convicção firmada diante do conjunto probatório, sopesar a questão a ser equacionada, decidindo-a e externando seus fundamentos de forma lógica e coesa.

3. Tratando-se o objeto do processo sobre a cobrança de dívida de valor por descumprimento contratual, a regularidade de processo administrativo não pode ser considerada pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial, afetando tão-somente a força probatória das provas já carreadas.

**4. Por se cuidar de sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Distrito Federal e detentora de maioria de ações com direito a voto, qualquer uso do dinheiro público deve sujeitar-se a uma prestação de contas pormenorizada, em obediência aos princípios constitucionais insculpidos no art. 37, caput, da Carta Política.**

5. Em indenização por danos materiais decorrentes de responsabilidade contratual, os juros de mora devem incidir desde a citação válida, no percentual previsto no artigo 406 do Código Civil, e a correção monetária desde quando devia ter ocorrido a devolução do valor.

6. Agravo retido conhecido e desprovido. Apelação conhecida e desprovida' (grifo nosso).

49. Dentro dessa perspectiva, o Instituto Educarte apresentou à Cartão BRB S/A a prestação de contas dos recursos recebidos a título de patrocínio do III Festival de Ópera de Brasília (fls. 34/381 do Anexo V).

50. A Unidade Técnica, ao examinar a referida prestação de contas, constatou várias irregularidades na documentação apresentada.

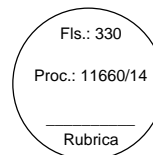
51. A primeira irregularidade refere-se à não apresentação do extrato bancário relativo à movimentação da conta corrente em que foram depositados os recursos do patrocínio (R\$ 300.000,00). O Educarte forneceu apenas um livro caixa (fls. 40/57 do Anexo V) Sem o fornecimento do extrato bancário da citada conta, torna-se impossível



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



atestar a regularidade da aplicação do numerário repassado ao Instituto. O extrato bancário é um elemento indispensável para análise de uma prestação de contas.

52. Sobre a essencialidade de extrato bancário para o exame da regularidade de uma prestação de contas, a Ministra do TCU Ana Arraes, no voto gerador do Acórdão nº 7291/2013 – TCU – 2ª Câmara, assim se pronunciou:

‘7. Não assiste razão ao recorrente ao afirmar que juntou aos autos todos os documentos necessários à comprovação da regular aplicação dos recursos. A referida documentação foi considerada inapta para esse fim, posto que não logrou demonstrar o necessário nexo de causalidade entre valores transferidos e despesas efetuadas.

**8. A prestação de contas apresentada pelo recorrente evidenciou: (i) o saque da conta específica da avença e a transferência dos recursos para conta municipal; (ii) a falta de correspondência entre os valores transferidos e os montantes das despesas constantes das notas fiscais juntadas aos autos; e (iii) a ausência do extrato bancário da conta de destino e da documentação relativa aos pagamentos, como ordens bancárias ou cheques, que permitiriam, em conjunto com os documentos fiscais e recibos, identificar a necessária correlação entre liquidação e pagamento.**

9. A movimentação financeira da verba repassada mediante desconto de cheques em nome da Prefeitura impede, na falta de outros elementos probatórios, que se estabeleça vínculo entre os débitos na conta bancária específica e os pagamentos efetuados. Não há como garantir que as despesas foram quitadas com os recursos do convênio.

10. A jurisprudência desta Corte é de que o saque dos recursos da conta específica do ajuste enseja débito, face à impossibilidade do estabelecimento do nexo de causalidade entre o dispêndio e a despesa efetuada (acórdãos 227/1999-Plenário, 39/2002, 53/2007 e 264/2007 da 1ª Câmara e 701/2008-2ª Câmara).

11. Além disso, a execução física do objeto, por si só, não comprova que os recursos foram aplicados corretamente. Cabe ao responsável demonstrar o nexo causal entre os recursos que lhe foram repassados e a consecução do objeto, o que não aconteceu no presente caso. Foi correta, pois, a condenação em débito do responsável’ (destaque acrescido).

53. A segunda irregularidade envolve o pagamento de despesas com alimentação, combustível, material de escritório e hospedagem em datas sem relação com período de realização do III FOB – 12 de junho de 2013 a 7 julho de 2013. Houve, por exemplo, gastos com refeição e gasolina nos meses de agosto e setembro de 2013 (fls. 288, 289, 291, 295, 296, 306, 307, 310, 311, 313, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 331, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 346, 347, 348, 349, 351, 353, 357, 358, 360, 361 do Anexo V).

54. A terceira irregularidade relaciona-se às Notas Fiscais nºs 13652 a 13654 da Working Associação de Integração Profissional (fls. 354/357 do Anexo V). Tais notas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**



contém serviços não previstos no projeto básico do III Festival de Ópera de Brasília (Processo nº 150.001.300/2013 - SEC/DF) (fls. 159/166). Não há, ainda, a discriminação dos profissionais que prestaram os serviços e dos valores pagos a cada um. Inexiste, na prestação de contas, também, contratos que vinculem esses profissionais à Working. O que chama mais atenção, contudo, é que as NF nºs 13652 a 13654 foram emitidas vários meses após o término do Festival (20/9/2013).

55. A quarta irregularidade engloba a Nota Fiscal nº 054 da empresa Coro Lírico de Brasília Ltda. (fl. 368 do Anexo V). A nota em relevo parece referir-se a serviço - produção e assistência de produção do III FOB - que já havia sido custeada por recursos do Convênio nº 09/2013, celebrado entre a Secretaria de Cultura do DF e o Instituto Educarte (fls. 160/161). Vale destacar que um dos proprietários da firma Coro Lírico de Brasília é o próprio Presidente do Instituto - Luiz Alan Rufino Moreira. A NF nº 054 foi, também, emitida vários meses após o término do Festival (9/9/2013).

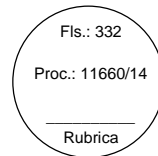
56. A quinta irregularidade está ligada à Nota Fiscal nº 57 da empresa Coro Lírico de Brasília Ltda. (fl. 366 do Anexo V). Não há, na citada nota, a discriminação dos profissionais que prestaram os serviços e dos valores pagos a cada um. Inexiste, na prestação de contas, ainda, contratos que vinculem esses profissionais a Coro Lírico. A NF nº 57 foi emitida vários meses após o término do Festival (24/10/2013). Cabe ressaltar, mais uma vez, que um dos proprietários da firma Coro Lírico de Brasília é o próprio Presidente do Instituto - Luiz Alan Rufino Moreira.

57. A sexta irregularidade, em relação à prestação de contas dos recursos repassados para o patrocínio do III Festival de Ópera de Brasília, é o apontamento de empréstimo no valor R\$ 114.256,87 como fonte de recursos para o custeio das despesas anteriores ao repasse do patrocínio (fl. 36 do Anexo V), sem apresentação de qualquer contrato que comprovasse a efetiva ocorrência da operação financeira mencionada.

58. A sétima irregularidade corresponde à existência de notas fiscais e recibos sem identificação do Instituto Educarte ou do seu CNPJ como tomador do serviço ou adquirente de produto, contrariando o item VI da Cláusula Quarta do Contrato nº 720/2013 (fls. 3, 59, 62, 65, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 161, 164, 165, 168, 172, , 174, 178, 180, 182, , 183, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 252, 257, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**



275, 276, 280, 288, 289, 292, 294, 299, 301, 302, 303, 305, 309, 310, 311, 312, 316, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 353, 357 do Anexo V).

59. A oitava irregularidade relaciona-se a despesas pessoais do Maestro Cláudio Cohen bancadas com recurso do patrocínio da Cartão BRB S/A. Na prestação de Contas em destaque, há anotações de gastos do referido músico que foram ressarcidos pelo Instituto Educarte (fls. 288, 289, 320, 334, 338 e 346 do Anexo V).

60. Cabe realçar que o Instituto Educarte auxiliou a Secretaria de Cultura do Distrito Federal na produção e execução do III Festival de Ópera de Brasília como uma prestadora de serviços. O Maestro Cláudio Cohen, por sua vez, era o servidor da Pasta Distrital responsável pela operacionalização do evento, cabendo a ele a supervisão dos trabalhos desenvolvidos pela Entidade Privada.

61. Salvo melhor juízo, o pagamento de despesas pessoais do Maestro Cláudio Cohen pelo Instituto Educarte, em face da situação descrita no parágrafo precedente, afronta os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da impessoalidade (caput do art. 37 da CF/88).

62. Questionada a respeito das seis primeiras irregularidades por meio das Notas de Inspeção n.ºs 34/2015 - 3ª DIACOMP (fl. 130) e 37/2015 - 3ª DIACOMP (fl. 132), a Cartão BRB S/A respondeu, em síntese, que: (1) o Contrato n.º 720/2015 não exigia o fornecimento de extrato bancário na prestação de contas, (2) o ajuste não exigia um exame minucioso das notas fiscais bastando a verificação de sua regularidade tributária e (3) informações sobre outras formas de captação de recursos pelo Instituto Educarte não estavam configuradas no rol de exigências do contrato de patrocínio.

63. Quanto ao fornecimento do extrato bancário não estar previsto no Contrato n.º 720/2013, observa-se que a essencialidade do documento para exame de uma prestação de contas, conforme já apontado, dispensa tal previsão dada a sua obviedade.

64. A verificação exaustiva do conteúdo de uma nota fiscal, ao contrário do afirmado pela BRB Cartão S/A, é fundamental para comprovar a regularidade do gasto por ela sustentado. Não basta examinar sua consistência tributária. Caso seja necessário, o gestor deve exigir do responsável pela aplicação de recursos públicos documentos adicionais que comprovem a regularidade das despesas efetuadas.

65. No tocante à verificação da origem de outras captações de recursos por parte do Instituto Educarte, tal procedimento é importante para garantir que o patrocinado não tenha utilizado as mesmas notas fiscais para comprovar os gastos com patrocínios diferentes.

65. É plausível, ainda, a suposição de que os R\$





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 333  
Proc.: 11660/14  
Rubrica

114.256,87 sejam provenientes do patrocínio da Petrobrás, assunto abordado no tópico anterior. Ou seja, a Cartão BRB S/A estaria suportando despesas que já teriam sido pagas com recursos de outro patrocínio, causando o enriquecimento ilícito do Instituto Educarte.

66. Além disso, a partir da documentação contábil constante da prestação de contas em apreço, a única justificativa para a retirada dos R\$ 114.256,87 do montante repassado a título de patrocínio (R\$ 300.000,00) em 09/09/2013 (fl. 47 do Anexo V) é o ressarcimento do referido empréstimo contraído pelo Instituto Educarte. Senão, estar-se-ia diante de um saque de recursos de patrocínio sem qualquer suporte documental que garantisse a sua regularidade".

32. A Cartão BRB S/A não se manifestou sobre as irregularidades na Prestação de Contas do Patrocínio da Cartão BRB SA ao III Festival de Ópera de Brasília. O Tribunal pode determinar à jurisdicionada que instaure TCE para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Educarte.

## **X - Das Falhas Detectadas na Prestação de Contas do Termo de Ajuste nº 314/2014**

33. A Unidade Técnica, no Tópico VIII da Informação nº 211/2015 – 3ª DI-ACOMP, pontificou (fl. 264):

68. O Fundo de Apoio à Cultura - FAC, na qualidade concedente, e a associação dos Amigos das Artes de Brasília - AMABRA, na qualidade de beneficiária, firmaram o Termo de Ajuste nº 314/2014 no valor de R\$ 48.978,50, tendo como objeto *'a concessão de apoio financeiro a projetos artísticos e culturais mediante contrapartida, conforme processo nº 150.002.205-2014, projeto 'AQUISIÇÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS''* (fls. 42/45 do Anexo I). Na realidade, o FAC custeou as passagens aéreas e a hospedagem de um grupo de dança da AMABRA que se apresentou num festival na cidade argentina de Córdoba.

69. Ao examinar a prestação de contas do Termo de Ajuste nº 314/2014, o Corpo Técnico constatou as seguintes falhas: **(1)** não há documento bancário que demonstre o beneficiário com a TED de 07/10/2010 na Conta nº 201.035.980-6 - BRB; **(2)** a empresa Brasília Tur forneceu recibo e não nota fiscal para justificar o gasto de R\$ 16.998,50 com passagens; **(3)** a data de emissão do mencionado recibo não guarda correlação com o extrato bancário; **(4)** a Fatura do Hotel Los Sauces está em Peso Argentino e sua data de emissão não guarda pertinência com a movimentação exposta no extrato bancário.

70. A Secretaria de Cultura, ao ser indagada sobre as irregularidades por meio da letra "g" da Nota de Inspeção



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**



nº 33/2015 - 3ª DIACOMP (fl. 129), respondeu (Ofício nº 968/2015-GAB/SEC - fl. 240):

'g) Proc. no 150.002.205/2014 - O processo em questão encontra-se em análise para emissão de parecer sobre a execução do objeto, sendo em seguida encaminhado a Gerência de Prestação de Contas para a devida análise de conformidade das contas. As irregularidades porventura encontradas são objeto de diligência para sua correção e após será encaminhado ao Conselho de Administração para aprovação ou não de suas contas; (...)'

71. A reposta da Secretaria não atacou as irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico".

34. **Quanto à matéria, a SEC/DF afirmou (fl. 280):**

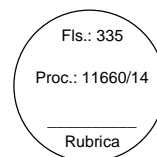
"**Itens 68 a 71** - Processo nº 150.002.205/2014- AMABRA, informamos que a prestação de contas do projeto ainda está em análise. Atualmente o processo encontra-se no Conselho de Cultura do Distrito Federal, aguardando resposta de diligência em relação à apresentação de documentação que comprove a participação do grupo Viva Arte Viva de Brasília no concurso "DANZAMERICA" e também comprovação da realização das contrapartidas oferecidas no projeto.

Esclareço que conforme previsto no Art. 98, do Regulamento do Fundo de Apoio à Cultura, Decreto nº 34.785/2013, alterado pelo Decreto nº 36.629/2015, a prestação de contas dos projetos apoiados financeiramente pelo Fundo serão analisadas pelos seguintes órgãos e na seguinte ordem: a) Conselho de Cultura do Distrito Federal, sobre o cumprimento do objeto do contrato e das contrapartidas pactuadas; b) Conselho de Administração do FAC, sobre as contas apresentadas; c) Secretário de Estado de Cultura, sobre o acatamento das decisões do Conselho de Cultura e do Conselho de Administração do FAC. Após a provação de objeto e contrapartida pelo Conselho de Cultura, o processo será encaminhado para Gerência de Prestação de Contas da Subsecretaria do Fomento e Incentivo Cultural, onde será realizada análise técnica das contas do projeto, considerando a documentação apresentada pelo beneficiário. Ressalto que nesse momento serão observadas inclusive as falhas apontadas no relatório de auditoria. Inclusive já consta no processo, em parecer emitido pela Gerência de Acompanhamento de Projetos, menção ao relatório de auditoria, ressaltando que os pontos ali abordados serão verificados quando o processo passar pela análise da Gerência de Prestação de Contas e posteriormente do Conselho de Administração do FAC. Em anexo: a) relatório Final de Execução do projeto, emitida pela Gerência de Acompanhamento de Projetos; b) análise inicial do Conselho de Cultura, onde o processo é colocado em diligência pela primeira vez; c) resposta do beneficiário em relação à primeira diligência; d) segunda análise do Conselho de Cultura, onde o processo é novamente colocado em diligência por não atendimento a primeira diligência".

35. **Como a prestação de contas constante do Processo nº 150.002.205/2014**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



está sendo apreciada pelas unidades competentes da Jurisdicionada, o assunto não demanda, salvo melhor juízo, a ação do Controle Externo no momento.

## **XI - Das Improriedades Verificadas na Prestação de Contas do Contrato nº 302/2010**

36. O Corpo Técnico, no Tópico IX da Informação nº 211/2015 – 3ª DIA-COMP, discorreu (fls. 264/265):

“68. O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, na qualidade concedente, e a Associação dos Amigos das Artes de Brasília – AMABRA, na qualidade de beneficiária, celebraram o Contrato nº 302/2010 no montante de R\$ 250.000,00, tendo como objeto a concessão de apoio financeiro ao Projeto Popularizando a Sinfonia (Processo 150.001.693/2010).

69. A Unidade Técnica, ao analisar a prestação de contas do Contrato nº 302/2010, verificou a ocorrência das impropriedades descritas a seguir: **(1)** as notas fiscais 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 29, 30, 31, 34 e 36 do Instituto Capacitando Centro de Ensino – ICCE não estão devidamente discriminadas com relação dos músicos envolvidos na prestação dos serviços e com os valores dos cachês individuais pagos; **(2)** o ICCE parece não ter, em seu estatuto social, o objeto de agenciamento de artistas; **(3)** a própria AMABRA tem fornecido músicos para a Secretaria de Cultura sem a necessidade de intermediação de outra entidade; **(4)** não há, no referido processo, cartas de exclusividade dos músicos agenciados pelo ICCE.

70. A Secretaria de Cultura, ao ser indagada sobre as irregularidades por meio da letra “g” da Nota de Inspeção nº 33/2015 – 3ª DIACOMP (fl. 129), respondeu (Ofício nº 968/2015-GAB/SEC – fl. 240):

‘Proc. no 150.001.693/2010 – este processo teve sua prestação de contas aprovada pelo Conselho de Cultura e pelo Conselho de Administração’.

71. A reposta da Pasta Distrital não refutou as irregularidades levantadas pelo Corpo Técnico”.

37. No tocante à matéria, a Secretaria de Cultura ponderou (fls. 280/281):

**“Item 72 a 75 –** Processo nº 150.001.693/2010, informamos que o mesmo teve seu objeto e contrapartidas analisados e aprovados em 3 de julho de 2012 pelo Conselho de Cultura do Distrito Federal, a decisão nº 3454/2012 e as contas analisadas e aprovadas integralmente pelo Conselho de Administração do FAC em 23 de agosto de 2012, Decisão nº 4539/2012, sendo encaminhado para arquivamento em setembro de 2012, uma vez que foram esgotadas todas as etapas de prestação de contas previstas pela legislação do FAC. Em anexo, as decisões citadas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**



Cumprе ressaltar que constantemente estamos buscando aprimorar o processo de prestação de contas dos projetos apoiados pelo FAC e que os pontos apontados em relação ao processo em questão, como discriminação dos serviços de foram adequada nas notas fiscais e verificação das atividades econômicas das empresas, já vem sendo verificados no momento da análise das contas dos processos pela Gerência de Prestação de Contas da Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural dos projetos atuais”.

38. Como a prestação de contas constante do Processo nº 150.001.693/2010 já foi apreciada pelas unidades competentes da Jurisdicionada, e considerando o noticiado aperfeiçoamento dos processos de prestação de contas, o assunto não demanda, salvo melhor juízo, a ação do Controle Externo no momento.

## **XII - Da Contratação Fictícia de Artista**

39. No Tópico X da Informação nº 211/2015 – 3ª DIACOMP, a Unidade Técnica narrou (fls. 265/266):

“76. Em depoimento ao MPDET, um funcionário da OSTNCS, não identificado por motivo de segurança, relatou que houve a publicação de contrato, firmado entre o Saxofonista Carlos Gontijo e a Secretaria de Cultura, para que o músico se apresentasse com a referida orquestra com cachê de R\$ 3.000,00. O artista, contudo, não teria conhecimento da publicação e não recebeu qualquer recurso. O informante relatou textualmente<sup>5</sup> (fl. 117):

“Outro Músico, Carlos Gontijo, Saxofone, que teve um cachê de 3.000,00, sequer tomou conhecimento da publicação, muito menos recebeu qualquer valor em relação a esta”.

77. A denúncia, caso seja verdadeira, representa apropriação irregular de recursos públicos. Para afastar a dúvida, a Pasta Distrital deve comprovar, documentalmente, que as contratações do Saxofonista Carlos Gontijo ocorreram e que o músico foi devidamente pago.

78. O Maestro Cláudio Cohen, em resposta à indagação sobre a irregularidade, feita por meio da letra “e” da Nota de Inspeção nº 36/2015 – 3ª DIACOMP (fl. 131), informou que “O Instituto Educarte também não apresentou nenhum documento comprobatório relativo a este item até o presente momento” (fl. 243).

40. No tocante à matéria, a SEC/DF respondeu (fl. 281):

“Item 76 – Contratação do Saxofonista Carlos Gontijo, em anexo cópia da publicação no DODF nº 63, de 27 de março

<sup>5</sup> O depoimento do informante narra outras irregularidades, mas não traz dados concretos sobre sua ocorrência. Dessa forma, a informação restringiu-se a abordar o caso do músico Carlos Gontijo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



de 2013, pagina 67, onde consta extrato de ratificação de inexigibilidade de licitação referente à contratação do referido artista para apresentação no concerto da OSTNCS, no dia 26 de março de 2013, na Sala Villa Lobos. Junta-se também copias da Nota de Lançamento e da respectiva previsão de Pagamento, comprovando que a despesa foi paga no dia 15.04.2013".

41. Como a Jurisdicionada não constatou indícios de inexecução da contratação em destaque, e tendo em conta a baixa materialidade, o assunto não demanda, salvo melhor juízo, a ação do Controle Externo no momento.

### **XIII - Das Conclusões/Sugestões**

42. A análise das contratações de artistas por intermediação do Instituto Educarte de Educação e Arte para atuação conjunta com a OSTNCS demonstrou a ocorrência das seguintes irregularidades: **(a)** representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993), **(b)** justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL c/c o inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e **(c)** prática de ato antieconômico (norma violada: princípio constitucional da eficiência - *caput* do art. 37 da Constituição Federal).

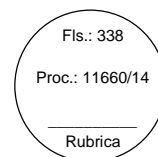
43. O Tribunal deve, então, chamar, em audiência, os senhores Marconi Scarinci, então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Cohen, Maestro Titular da OSTNCS, para apresentação das razões de justificativa face às ilegalidades listadas, devido à possibilidade de aplicação da multa prevista nos incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, conforme detalhado na Matriz de Responsabilização (fls. 311/312).

44. Quanto ao prejuízo de R\$ 241.750,00, a valores de 2012, com o superfaturamento dos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 2º, § 4º da Emenda Regimental nº 01/1998 com a redação dada pela Emenda Regimental nº 23/2008, pode ocorrer a conversão dos autos em TCE e a citação dos senhores Marconi Costa da Silva Scarinci (CPF nº 289.827.031-87), então Diretor Executivo da OSTNCS, e Cláudio Alano Cohen Bezerra (CPF nº 280.998.691-68), Maestro Titular da OSTNCS, e do Instituto Educarte de Educação e Arte, na pessoa de seu representante legal (Luiz Alan Rufino Moreira, CPF nº 689.484.861-68) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito.

45. Importante ressaltar que, mesmo que a Corte considere procedentes as justificativas a serem apresentadas em face das demais irregularidades apontadas nesta Informação, pelas quais se sugere a audiência dos responsáveis, ainda assim permanecerão os indícios de prejuízo aqui apontados, impondo-se a conversão dos autos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



em TCE. Por esse motivo, referida conversão pode ocorrer desde já, nos termos do *caput* do art. 46 da Lei Complementar nº 01/94<sup>6</sup>, inexistindo motivo para aguardar-se o deslinde prévio das audiências.

46. A Corte, no tocante à falta de segregação de funções, pode recomendar à Secretaria de Cultura que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas do OSTNCS, de forma evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora de serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor.

47. O Tribunal pode, por fim, determinar, com fulcro no art. 9º da Lei Complementar nº 01/94, à Cartão BRB S/A que instaure TCE para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio nº 720/2013.

48. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I - tomar conhecimento:

- a) do Ofício nº 150/2016-GAB/SEC e anexos, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (fls. 279/299);
- b) do Ofício nº 008/2016 do Instituto Educarte de Educação e Arte (fl. 308);

II - informar ao Instituto Educarte de Educação e Arte a impossibilidade de prorrogação de prazo para apresentação de esclarecimentos demandadas pelo Despacho Singular nº 51/2016 – MA, em razão do que disciplina o § 2º do art. 1º da Resolução nº 271/2014;

III - determinar:

- a) a audiência do Senhores indicados na Matriz de Responsabilização (fls. 311/312) para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa face às seguintes irregularidades detectadas contratações de artistas por intermediação do Instituto Educarte de Educação e Arte para atuação conjunta com a OSTNCS: (1) representação artística exclusiva fabricada (norma violada: inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993), (2) justificativa de preços fraudada (norma violada: Nota Técnica nº 01/2011 – UAG/AJL c/c o

<sup>6</sup> Art. 46. Ao exercer a fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário, o Tribunal ordenará, **desde logo**, a conversão do processo em tomada de contas especial, salvo a hipótese prevista no art. 84 desta Lei Complementar. (grifou-se)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93) e (3) prática de ato antieconômico (norma violada: princípio constitucional da eficiência - *caput* do art. 37 da Constituição Federal), devido à possibilidade de aplicação das multas previstas nos incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, devendo o assunto ser acompanhado em processo apartado;

- b) a conversão, com base no art. 46 da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 2º, § 4º da Emenda Regimental nº 01/1998 com a redação dada pela Emenda Regimental nº 23/2008, dos autos em Tomada de Contas Especial;
- c) em função do item III “b”, a citação, nos termos do art. 13, inciso II da Lei Complementar nº 01/94, dos senhores elencados no parágrafo 44 desta instrução e do Instituto Educarte de Educação e Arte, devido ao superfaturamento nos cachês pagos ao Coro Lírico de Brasília em apresentações com a OSTNCS no montante de R\$ 241.750,00, a valores de 2012, para que, no prazo de 30 (trinta) dias apresentem defesa ou recolham a quantia devida;
- d) a instauração, com fulcro no art. 9º, § 1º da Lei Complementar nº 01/94, de tomada de contas especial por parte da Cartão BRB S/A para quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pela prestação de contas irregular dos recursos repassados ao Instituto Educarte de Educação e Arte, em função do Contrato de Patrocínio nº 720/2013;

IV - recomendar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que proceda à segregação de funções nos processos de contratação destinados a atender às demandas do OSTNCS, de forma evitar que a elaboração do projeto básico, a escolha da prestadora de serviço, a análise dos preços ofertados e o atesto da execução de serviços fiquem a cargo do mesmo servidor;

V - autorizar:

- a) a constituição de autos apartados para albergar as audiências objeto do item III “a”;
- b) o retorno dos autos à SEACOMP para as providências cabíveis e posterior remessa à Secretaria de Contas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



À superior consideração.

**Paulo Sérgio Carlos de Brito**  
**Auditor de Controle Externo – Mat. 476-6**

**DIGITALIZADO**